



SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 023/11 - CDH

Brasília, 22 de março de 2011.

Excelentíssima Senhora Ministra,

Ao cumprimentá-la, informo a Vossa Excelência que o Plenário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou, no dia 17.03.2011, o Requerimento nº 20, de 2011-CDH, que *requer manifesto de seus membros, em correspondência a Excelentíssima Senhora Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão*. Este manifesto tem o escopo de manifestar nossa preocupação com a não contratação de Auditores Fiscais do Trabalho aprovados em concurso público, realizado em 2010.

O principal interesse que nos move nesse sentido é o de fortalecer as atividades da CONATRAE - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, como elemento fundamental para a efetividade do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

A Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em agosto de 2007, realizou uma série de diligências nas cidades de São Luiz e Açailândia no Estado do Maranhão e nas cidades de Marabá e Belém no Estado do Pará. Naquela ocasião a Subcomissão constatou, *in loco*, a necessidade de fortalecer as atividades da CONATRAE.

A Sua Excelência a Senhora

Miriam Belchior

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esplanada dos Ministérios- Bloco K, 7º andar

Brasília-DF - CEP:70.040-906

E-mail: ministra@planejamento.gov.br

Tel: 55 (61) 2020-4102/4103 - FAX: 55 (61) 2020-5009

RECEBI O ORIGINAL
Em 22.03.11 às 14:40
Assinatura
Data do recebimento
20204656
20204622



SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Dentre as diversas providências que constatamos serem necessárias ao combate e erradicação do trabalho escravo, naquele momento, já se destacava, prioritariamente, o aumento do número de Auditores Fiscais do Trabalho nas regiões de ocorrência do trabalho escravo, a melhoria das condições de trabalho desses auditores e, em especial, a viabilização de concurso público para a contratação de mais auditores fiscais, a fim de aumentar a capacidade de fiscalização do Ministério do Trabalho.

Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência especial empenho no sentido de aumentar os quadros de Auditores Fiscais do Trabalho.

Aproveito a oportunidade para colocar a Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa à disposição para quaisquer esclarecimentos.



Senador Paulo Paim
Presidente